

ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE A ABRORDAGEM ECONÔMICA DO TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO RURAL¹

Some discussions about the economic approach of territory in Geography and its implications in the rural area

Sergio FAJARDO²

RESUMO

O trabalho propõe discutir as noções de território a partir das abordagens econômicas, comumente utilizadas na Geografia. Muitas vezes, os conceitos de território que o limitam à base física, superficial, dos processos econômicos que produzem o espaço, são predominantes em estudos sobre as transformações espaciais e produção do espaço. Assim, a Geografia adota interpretações conceituais oriundas de outros campos do conhecimento, de diversas correntes de pensamento e métodos. Território e territorialidades escapam desse modo à leitura mais ampla do espaço. No caso do espaço rural, sendo definido em boa parte por elementos econômicos, tem em sua territorialidade a presença de ações direcionadas ao desenvolvimento regional. Avaliar uma efetiva construção do território, constituído pela lógica econômica e suas implicações políticas e socioculturais sobre o espaço rural, é sobretudo importante.

Palavras-chave:

Território, espaço rural, categorias geográficas, desenvolvimento regional.

ABSTRACT

The paper aims at dealing with territory notions from economical approaches, usually used in Geography. Many times, territory concepts that limit it to a physical base, superficial, of the economical processes that produce space, are predominant in studies about the spacial transformations and space production. This way, Geography adopts conceptual interpretations from natives of other fields of knowledge, from different forms of thinking and methods. Territory and territoriality escape this way from an ample reading of the space. In the case of the rural space, being greatly defined for economical elements, it has in its territoriality the presence of actions headed to the regional development. Evaluating an effective construction of the territory, constituted by the economical logic and its socio-cultural political implications about the rural space, is mainly important.

Key-words:

Territory, rural space, geographic categories, regional development.

¹ O artigo parte do estudo realizado pelo autor na sua pesquisa de Doutorado em Geografia na Pós-Graduação em Geografia da Unesp/FCT, campus de Presidente Prudente - SP.

² Professor do Departamento de Geografia da Unicentro - Guarapuava-PR. Doutorando em Geografia pela Unesp-FCT, Campus de Presidente Prudente - SP. E-mail: sergiofajardo@hotmail.com .

SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Admitindo o território enquanto conceito delimitado e definido por, e a partir de relações de poder (SOUZA, 2003, p. 78), sob a ótica produtiva, as relações de poder assumem-se como processos geradores de territórios. O dinheiro sendo meio e poder gerais (MARX, 1983, p. 31) resulta assim num veículo efetivo de transformações espaciais.

Mesmo a visão de um território concreto, embasado fortemente numa paisagem e num espaço físico natural portador de raízes e de forte identidade sociocultural, em suma, no melhor caráter da Geografia Política (como na tradicional visão de Ratzel), carrega um componente econômico essencial. Um território nacional, assim, abrange, além do discurso ideológico característico, uma apropriação econômica que consiste, muitas vezes, nos próprios objetivos da territorialidade.

De acordo com a visão de Raffestin (1993, p. 58) “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. Nesse sentido, o poder exerceria sua ação, por meio dos trunfos: a população, o território ou os recursos. A relação entre estes, ou ainda, no controle, domínio, apropriação ou influência do poder sobre um dos mesmos, é materializado na transformação territorial.

Saquet (2003, p. 126) aponta como uma das contribuições de Raffestin para a discussão do conceito de território, a sinalização que o mesmo dá às questões dos recursos naturais como instrumentos de poder. Se admitirmos que: “Toda e qualquer produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no quadro e por intermédio de uma forma de sociedade determinada” (MARX, 1983, p. 205), a produção, que é coletiva, representada no processo econômico, tem na base física territorial ponto de partida para a efetivação das territorialidades, concretizadas nas formas e estruturas espaciais distintas. Ou seja, a exploração da natureza continuaria sendo um dos sustentáculos da construção econômica do território.

No caso da economia capitalista, isso se exemplificaria na divisão territorial do trabalho e nas especializações produtivas. Entretanto, do mesmo modo que o conceito de um território econômico poderia ser identificado aqui, a região surge ainda como uma das possibilidades de leituras desse mesmo espaço. E, desse modo, apresenta-se a necessidade de esclarecimentos que evitem ambigüidades conceituais.

Hoje, na maior parte dos lugares, estamos bem distantes de uma concepção de território como “fonte dos recursos” ou como simples “apropriação da natureza” em sentido estrito. Isto não significa,

contudo, como acabamos de demonstrar, que essas características estejam superadas. Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua territorialidade ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo. (HAESBAERT, 2004, p. 57).

A abordagem econômica do território envolve um jogo de forças no qual o poder, seja exercido pelo Estado ou por empresas, não ignora assim a natureza enquanto recurso. Raffestin (1993, p. 58) exemplifica: “Assim, os conflitos de fronteira entre Marrocos e a Argélia não teriam apresentado um caráter violento se a posse do minério de ferro existente na zona contestada não houvesse sido o verdadeiro triunfo”.

Essa concepção, que privilegia a dimensão econômica do território, representa a assimilação de uma perspectiva materialista. Tal modo de encarar o território, muitas vezes chega a ser evitado, pela Economia Regional, por exemplo, que acaba utilizando-se de termos como espaço, espacialidade e região. Exceção seriam alguns geógrafos que incorporam o território econômico nas suas análises espaciais (HAESBAERT, 2004, p. 58).

O uso da terminologia para designar a base física, superficial, tende a uma depreciação da amplitude do conceito de território. O espaço ou a espacialidade encontram-se como sinônimos do que é “geográfico”, enquanto o território é encarado como superfície terrestre.

O TERRITÓRIO ECONÔMICO

O território vai muito além de uma variável estratégica em sentido político-militar (SOUZA, 2003, p. 100), como é muitas vezes tratado por uma visão conservadora e tecnocrática (por exemplo, no caso brasileiro durante a ditadura militar). Sendo assim, as visões economicistas de desenvolvimento propostas ao tratar o território como “base” de planos e políticas, tornam-se enfraquecidas ao confundir o conceito, que perfeitamente poderia ser substituído por espaço ou área.

Haesbaert (2002, p. 129) traz à tona a discussão relativa à destruição dos territórios, regiões e lugares, acompanhada pela eliminação tanto das identidades culturais como do controle estatal sobre os espaços, numa época “globalizante” onde o aparente “desenraizamento” provocaria tal furor que alcançaria um nível conceitual amplo.

Entretanto, a ambigüidade é reinante no que diz respeito à diversidade de tratamentos do assunto. Muitas vezes defronta-se com um paradoxo: processos

globalizantes ou desterritorializantes, ao mesmo tempo em que destroem, constroem outras formas de espacialização.

Diante da complexidade da questão, há os que preferem distinguir os termos fazendo opção por um ou por outro, como a territorialidade em lugar de território ou região. A flexibilidade do uso do termo acaba servindo como base para várias interpretações.

As relações de poder postas em questão, constituiriam o elemento diferencial. Num mundo “globalizado”, a informação possui um potencial ou carga de poder tamanha, que passa a representar um dos principais fatores, ao lado do poder econômico, que definiriam e redefiniriam territórios e territorialidades. Como afirma Santos (2002, p. 79): “A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas”. O espaço ressurgiu então de modo ainda mais fragmentado e compartimentado, pela lógica geral, global, seletiva e determinante, onde o poder técnico e intelectual eo poder econômico fundem-se.

Becker (2003, p. 291-292) coloca, de modo muito interessante, a logística como uma das raízes da (dês) ordem e da globalização/fragmentação. Para a autora, a geopolítica da inclusão-exclusão materializa-se gerada pela nova racionalidade, onde os campos de força são instáveis e o setor privado parece ter assumido o controle sobre a reorganização do território.

Em termos de territorialidade econômica, as empresas, ao lutar pela posse de mercados, concorrem na disputa por território. Na perspectiva de um mercado global mais acirrada fica então a competição.

A empresa controla não somente todo o aparelho da sua produção, que compreende seres e coisas, mas também controla, de uma forma mais indireta, os seres e as coisas por intermédio de seu ou de seus mercados. Quando entra em concorrência com outras empresas, coloca na balança tudo ou parte de seus trunfos. (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

Dentro da lógica global, a tendência à compartimentação e fragmentação do espaço faz com que haja, paradoxalmente, um choque e uma associação do movimento da sociedade planetária, com o movimento particular das frações, regional ou local da sociedade nacional (SANTOS, 2002, p. 79-80).

Mas será essa materialidade econômica o fator dominante na estruturação do território? A discussão poderia partir do seu caráter funcional. Ou seja, as relações de poder envolvidas, ainda que esse tenha extremo vínculo político, que, muito mais que discursivo ou conceitual, abrangem a esfera concreta e efetiva das decisões e delineamentos na orientação das

territorialidades. Do ponto de vista dos agentes presentes, os aspectos culturais não podem ser descartados no jogo das combinações que faz o campo político das ações.

Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente catalisador cultural-simbólico - e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia. (SOUZA, 2003, p. 108).

Ainda que alguns teóricos da Geografia Crítica Marxista não tratem, conceitualmente, o território enquanto uma das principais categorias analíticas na interpretação da realidade econômica na produção do espaço, na maioria dos casos, os mesmos reconhecem o território enquanto “palco” das transformações. Para Santos (1997b, p. 150), o território brasileiro, tomado como exemplo, torna-se mais fluido com as redes de circulação e transporte expandidas nas regiões mais desenvolvidas. O autor ilustra mencionando o caso de São Paulo, como representativo da sua presença em todo território informatizado brasileiro numa economia globalizada. Tal fato tem como consequência: “(...) a segmentação vertical do mercado enquanto território e uma segmentação vertical do território enquanto mercado na medida em que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual.” (SANTOS, 1997, p. 157).

Haesbaert (2004, p. 60-61) expõe a visão de Milton Santos, de um “território de todos”, que retoma as idéias de François Perroux, nas quais esse território é corres-pondente ao “espaço banal”. Essa discussão é extremamente interessante, já que permite conhecer claramente o conceito trabalhado por Santos, equivalendo-se ao “território usado”, quase um sinônimo de espaço geográfico. Assim, o desenvolvimento econômico resul-taria num processo de organização, reorganização e mesmo desorganização do espaço a partir de “pólos dinâmicos” (como em Perroux), mas por esse mesmo ponto de vista as territorialidades e desterritorialidades aproximam-se, ainda que os termos não sejam utilizados.

O fato de que a força nova das grandes, traga como firmas, neste período científico-técnico, traga como consequência uma segmentação vertical do território supõe que se redescubram mecanismos capazes de levar uma nova horizontalização das relações, que esteja não apenas a serviço do econômico mas do social. (SANTOS, 1997b, p. 157).

O território econômico traduz-se, assim, no espaço das “horizontalidades” cujos objetos, os fixos e os fluxos materializados na estrutura espacial, incorporam também as transformações regionais. Nesse sentido, a abrangência vai além do econômico e fatores de ordem política, cultural e social estão mais presentes na forma de agentes que dinamizam todo processo.

Na visão de Santos (1997b, p. 50-55) o território compreendido tanto como territórios nacionais ou como a base física e espacial, da produção, se vê afetado pela lógica global das transformações na atualidade. A divisão territorial e social do trabalho é fortalecida na mundialização do espaço geográfico, onde as mesmas horizontalidades compartilham o cotidiano territorial.

O espaço, na visão marxista, como mercadoria ou sistema de relações espaciais numa totalidade, no qual os valores de uso ditam a ótica da organização espacial, só pode ser amplamente entendido se observado o espaço geográfico como um todo.

Expresso na forma de território, o espaço geográfico torna-se um apêndice do desenvolvimento social. A idéia de que as coisas acontecem “num espaço” não é somente um hábito do pensamento, mas também um hábito da linguagem, e apesar de seu apelo ao absoluto, o espaço natural é anacrônico, até mesmo nostálgico e uma barreira a uma compreensão crítica do espaço. Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como receptáculo, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando. (SMITH, 1988, p. 132).

Parece irônico afirmar, mas em grande parte a produção do espaço na visão marxista acaba por adotar essa visão de território enquanto receptáculo. A base territorial, enquanto horizontalidade da divisão do trabalho, é tomada como o próprio conceito de território. Enquanto o espaço, a totalidade, tem posição privilegiada na discussão geográfica, a configuração territorial surge como “base do todo”.

Seja qual for o país e o estágio de seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. E todo esse conjunto de coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 1997a, p. 75-76).

Nessa visão de território apresentada por Santos, espaço, este sim, é a totalidade verdadeira, dinâmica. E

é esse mesmo espaço, social, a base da divisão do trabalho no desenvolvimento capitalista, no qual a divisão territorial sempre esteve presente (SMITH, 1988, p. 152). A produção (que é sobremodo econômica) do espaço, concretamente, impõe certos ritmos de organização espacial e expressa-se materialmente nos fixos e nos fluxos, nas “categorias do método geográfico”: estrutura, processo, função e forma (SANTOS, 1985, p. 49). Produção, consumo e distribuição articulam-se (MARX, 1983, p. 208-216) reproduzindo, historicamente, no espaço, e a sua própria dinâmica de relações é materializada nos objetos concretos. “A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território. O conjunto dos objetos criados forma o meio técnico, sobre o qual se baseia a produção e que evolui em função desta”. (SANTOS, 1997a, p. 111).

Mas o “real” se transforma, as categorias mudam, e também os conceitos devem ser revistos re-trabalhados com novas leituras e interpretações. No período atual, onde a rapidez das transformações está em um nível jamais alcançado anteriormente, repensar conceitos implica também em questionar velhas teorias.

Querer que os mesmos conceitos e teorias se apliquem a diferentes épocas do desenvolvimento econômico é andar em círculo encantado de excessiva abstração, é agredir as próprias realidades que nossos conceitos e teorias deveriam ajudar-nos a entender. O novo capitalismo não pode ser adequadamente representado e explicado pelas categorias conceituais e estruturas teóricas ora existentes. No mínimo, as novas realidades expuseram sérias falhas e lacunas em nossas teorias e, portanto a necessidade de uma substancial reconsideração. (MARTIN, 1996, p. 39)

Da banalidade do termo ao desprezo do mesmo por muitos geógrafos, o território e seus derivados (territorial e territorialidade) encontram nas análises de cunho marxista uma aproximação que atinge níveis de similaridade, com certas abordagens da Economia e mesmo da Sociologia. A primazia econômica, presente nas relações de produção, redes de trocas, no valor do espaço-mercadoria, etc, induz a um novo “determinismo”. (PASSOS; MORO, 2003, p. 8-9). As análises do território econômico pela visão unicamente marxista são, desse modo, limitadas.

Tradicionalmente, os conteúdos da Geografia positivista e mais tarde neo-positivista, passando por Humboldt, Ratzel (e sua Geopolítica explícita e ideologicamente engajada), La Blache, Hartshorne, até o pragmatismo do planejamento territorial nos anos de 1960, já adotavam uma visão de território calcada no seu aspecto de “superfície” apenas.

Objetivamente seu conteúdo assenta-se na superfície terrestre ou no espaço terrestre - na concepção de território-, constituindo-se de fenômenos, fatos, acontecimentos revestidos de uma expressão espacial e, portanto, objetivados pela sua dimensão espacial ou, como se quer, geográfica, envolvendo suas interações, relações, combinações e conexões, capazes de criar ou dar origem a uma organização espacial ou a um processo de organização do espaço. (MORO, 1992, p. 34).

Cabe mencionar o pretense “fim” de um território econômico, ou seja, a “desterritorialização” promovida pela fase globalizante. Essa visão é adotada pela perspectiva economicista (HAESBAERT, 2002, p. 130), a mesma que enxerga o território simplesmente como localização num espaço físico concreto. Sendo que aqui, a empresa capitalista tem superado entraves e barreiras em função de questões de localização, e o próprio “local” e sua atividade econômica específica são enfraquecidos. Carlos (2002, p. 172) vê os dois lados do processo: primeiro revelando a produção de um espaço mundial e depois representando a constituição de uma sociedade urbana. Essa discussão, que repensa os conceitos e noções da Geografia, influenciados pela globalização, enquanto tema ou fato, encontra terreno fértil tanto do ponto de vista das abordagens de matriz marxista, como nas visões mais integradoras que incorporam elementos estruturalistas e fenomenológicos.

O debate teórico-metodológico empreendido pela Geografia Humana de linha materialista (segundo visão marxista) é riquíssimo em torno do espaço enquanto categoria máxima da Geografia. Entretanto, o território, enquanto plano inferior, analiticamente, deixa a desejar das discussões. Para exemplificar, observemos a citação seguinte:

A análise da prática sócio-espacial sinaliza que as relações sociais se materializam enquanto relações espaciais o que significa dizer que a vida cotidiana se realiza num espaço/tempo passível de ser apropriado, vivido, representado. Enquanto modo de uso do espaço varia ao longo do tempo determinado e sendo determinado pela realização da vida social no território - assim revelando, em suas transformações, modificações importantes na sociedade. (CARLOS, 2002, p. 170).

O significado de território, subentendido, é proveniente de uma versão de espacialização mais estrutural. O espaço (totalidade), e mesmo as relações espaço-tempo, transformam-se a partir de processos que se realizam concretamente na produção econômica. A dinâmica produtiva, envolvendo fluxos de mercadorias, capitais, informações e técnicas, vê-se afetada pela

velocidade intensificada, quanto maior a eficiência tecnológica.

O território, por fim, passa a constituir-se no “território usado” (termo empregado por autores como Santos e Carlos), e o direcionamento das produções e reproduções espaciais do capital, indicariam as transformações socioespaciais. Numa articulação entre o “global” e o “local”, o “lugar” ganharia força enquanto categoria (CARLOS, 2002, p. 171), pois é aí onde as contradições manifestam-se com maior intensidade, por meio das resistências, como, por exemplo, dos movimentos sociais.

DISCUSSÕES SOBRE ESPAÇO RURAL E TERRITÓRIO

Considerando que os processos econômicos, e a economia capitalista como um todo, são responsáveis pela produção do espaço, que articula os objetos das relações sociais e de trabalho na reprodução do capital, o espaço agrário constitui sua funcionalidade na divisão social e territorial do trabalho.

Assim, a produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material. (GODOY, 2004, p. 33).

Nesse sentido, a produção econômica (e reprodução do espaço capitalista) tem uma abrangência geral, não podendo ser consideradas formas de acumulação distintas as que se encontram no âmbito rural. As políticas e os planos de desenvolvimento acabam sendo direcionados à economia em conjunto.

A produção agrícola, além de responder pela demanda interna, tem seu papel funcional no comércio exterior. O desempenho da agricultura reflete diretamente no saldo de divisas do país. A consolidação do Complexo Agroindustrial articulou interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Como aponta Delgado (1985, p. 41):

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira.

A dinâmica agrícola foi assentada, sobretudo, por meio das relações intersetoriais estabelecidas na integração de capitais. Esta se deu com forte investimento tecnológico. No decorrer dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, as restrições a novos investimentos atingem o setor rural de forma diferenciada. A seletividade dos investimentos e políticas públicas age, assim, no conjunto das cadeias produtivas (elegendo setores) e no território (privilegiando espaços e regiões). A agricultura, a partir da abertura econômica “neoliberal”, expõe-se aos ditames do mercado internacional e passa a ser orientada por lógicas externas, ou seja do mercado global.

Podemos falar de uma agricultura científica globalizadora. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente da ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma ‘informação’ indispensável. (SANTOS, 2002, p. 88-89).

O território, como base ou referencial do poder (SOUZA, 2003, p. 106-107) não pode ser prescindido. Numa economia globalizante com uma “agricultura científica” controlada por uma lógica geral externa, ainda sim, o território (mesmo do ponto de vista local) existe e persiste, ainda que na perspectiva da territorialidade. Haesbaert (2004, p. 61) destaca a grande ênfase na “funcionalização” e no conteúdo técnico dos territórios feita por Santos, como manifestação da perspectiva econômica que prioriza o autor.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2002, p. 96-97).

O uso de uma única via de análise, como acontece em algumas interpretações marxistas, incorre no risco de limitações ou equívocos quanto à capacidade de abrangência da mesma.

Os esforços para estabelecer uma teoria geral sobre a “lógica do capital no espaço” conduzem a uma visão segundo a qual o fenômeno do “desenvolvimento desigual e combinado” seria uma espécie de “lei” do capitalismo. O mais correto, dentro da ótica marxista, seria pensar esse fenômeno como um componente histórico do processo de mundialização do capitalismo, de modo que a análise deve centrar-se nos condicionantes do processo de desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial. (DINIZ FILHO, 2002, p. 159).

Entretanto, deve-se reconhecer que a divisão do trabalho, as especializações produtivas e a própria diferenciação do capital social, esclarecem fenômenos característicos do processo de territorialidade econômica. Nessa ótica, urbano ou rural (campo ou cidade) estão entrelaçados no desenvolvimento econômico capitalista. Nessa época, de investimentos de *portfolio* (SMITH, 1988, p. 162), a diversidade de escalas coloca a sobreposição e mistura de diferentes atividades e também do controle exercido no espaço. A composição técnica e a composição orgânica do território mudam graças à cibernética, biotecnologias, novas químicas, informática e eletrônica (SANTOS, 1997b, p. 140), e isso significa também novos movimentos, novos agentes e novos objetos.

O “novo” uso do território no período técnico-científico-informacional resulta de inovações técnicas e organizacionais, que vão desde “(...) o aproveitamento dos ciclos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e informações (...)” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 118), apontam para transformações espaciais que convergem no aspecto econômico da territorialidade (mesmo quando vista como configuração territorial ou divisão territorial do trabalho) numa visão mais totalitária, na qual os papéis e as funções é que diferenciam os espaços.

O espaço agrícola vem sendo alvo de inúmeros estudos devido à sua importância e urgência, como área fornecedora de matérias-primas, alimentos, etc., essenciais aos propósitos de desenvolvimento (MORO, 1992, p. 38-39). O planejamento regional efetivado nas políticas públicas acaba adotando uma concepção de território no mínimo confusa. A base física, da própria área recortada enquanto “região”, muitas vezes é subentendida como território. Faz necessário então, ampliar as possibilidades de análise regional utilizando-se conceitos de território mais abrangentes.

A territorialidade econômica é um fato concreto e, por essa razão, não pode ser presa a análises que submetem a noção de território a uma condição hierárquica extremamente inferior a outras categorias

analíticas. A adoção do território, adjetivado como econômico, no espaço rural, conduz à incorporação de novas leituras do espaço rural desvinculadas de

abordagens parciais. Não se pretende aqui aprofundar a questão, mas sim apontar a pertinência do estudo da territorialidade econômica no meio rural.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARLOS, A. F. A. A geografia brasileira hoje: algumas reflexões. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 161-178, jan./jun. 2002.
- DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- DINIZ FILHO, L. L. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica: um breve balanço. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 143-160, jan./jun. 2002.
- GODOY, P. Uma reflexão sobre a produção do espaço. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 29-42, jun. 2004.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARTIN, R. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORO, D. A. A organização do espaço como objeto da geografia. *Boletim de Geografia*, Maringá, 10 (01), dez.-1992.
- PASSOS, M. M.; MORO, D. A. A geografia e as lógicas regionais. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 21, n. 1, p. 1-12, 2003.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Por uma outra globalização*. 9. ed. São Paulo: Record, 2002.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- _____.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6. ed. São Paulo: Record, 2004.
- SAQUET, M. A. O território: diferentes abordagens na literatura italiana. In: RIBAS, A.; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2003.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.